



**UMA NARRATIVA CONTRA O
ESQUECIMENTO: A HISTÓRIA DA
GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-
1975) EM AZUL-CORVO, DE ADRIANA
LISBOA**

Noraci Cristiane Michel Braucks*
Leoné Astride Barzotto**

Resumo

O presente artigo visa discutir a relação entre história e literatura a partir do conceito de memória. Num primeiro momento são abordadas, a partir da discussão de Paul Ricoeur as noções de memória individual e memória coletiva, e a manipulação da memória pela ideologia do poder e sua relação com a identidade. A seguir, procura-se estabelecer convergências entre o que é dito sobre a Guerrilha do Araguaia em Azul-corvo (2010), romance de Adriana Lisboa, e a história contada recentemente pelos sobreviventes da guerrilha, reunidas no livro Operação Araguaia (2005), de Taís Morais e Eumano Silva. Nessa relação, a literatura compõe o conjunto de trabalhos contra o esquecimento dessa história de repressão violenta durante o período da ditadura no Brasil.

Palavras-chave: Literatura & História; Memória; Guerrilha do Araguaia; Adriana Lisboa.

*Graduada em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados
Mestranda em Literatura e Práticas Culturais/Universidade Federal da Grande Dourados
Bolsista CAPES (2013-2015)
cristianebraucks@hotmail.com

**Profª Drª, Docente da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
leonebarzotto@ibest.com.br

Olhamos com esperança para os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12528/2011, cujos relatórios estão disponíveis no site <http://www.cnv.gov.br>. Sua finalidade é apurar graves violações de direitos humanos, ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Oxalá! Dentre elas, encontramos revelações sobre a violência na Guerrilha do Araguaia na década de 1970, uma história obscurecida pelo silêncio que envolve o período da ditadura militar no Brasil. A narrativa literária *Azul-corvo* (2010), da escritora carioca Adriana Lisboa, traz à tona essa história.

Houve um tempo em que história e literatura eram tratadas como dois campos do saber bem distintos. Deve-se, provavelmente à influência da disciplinarização do conhecimento, consolidada entre os séculos XIX e XX. À História designava-se o domínio dos “fatos”, como aconteceram, ou seja, a *verdade*. À Literatura, cabia uma espécie de deleite moralizante, e a *não-verdade* da ficção. E como os tempos se transpassam, muito desse pensamento está presente ainda nas academias, nas salas de aula, e interiorizada no imaginário coletivo da sociedade brasileira.

Buscaremos apresentar um encontro entre história e literatura, a partir da memória. Primeiramente, apresentamos o pensamento de Paul Ricoeur⁴⁹, em *A memória, a história, o esquecimento*, especialmente nos capítulos sobre memória individual e coletiva, e o uso e abuso da memória. Sua perspectiva traz a noção de que a memória coletiva, especialmente de uma nação, funciona, de certa forma como a memória pessoal. Assim feridas de uma história nacional estabelecem um processo de luto que, para ser concluído, precisa vencer o *esquecimento* provocado, muitas vezes, de maneira intencional, pelas políticas cívicas de um determinado governo. Paul Ricoeur oferece um caminho para esse enfrentamento: a “proximidade”.

A seguir, trazemos o romance *Azul-corvo* (2010), de Adriana Lisboa e sua expressão a respeito da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), episódio brasileiro, ocorrido durante a ditadura militar. Aproximamos a narrativa literária da reconstrução dos acontecimentos em torno da guerrilha no livro *Operação Araguaia* (2005), dos jornalistas Taís Morais e Eumano Silva. Os jornalistas procuram refazer a trajetória da guerrilha a partir da história contada por militantes sobreviventes, militares e moradores da região do Araguaia. Baseiam-se, também, em documentos do arquivo secreto das Forças Armadas Brasileiras, recentemente abertos pelo trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

Por fim, apresentamos a literatura no enfrentamento do esquecimento, especialmente da história do Araguaia. A partir do pensamento de Sandra Pesavento, procuramos mostrar como

⁴⁹ Trazemos para esse trabalho o pensamento de Paul Ricoeur a título de perspectiva, no que tange ao conceito de memória. Certamente, Ricoeur não é o único teórico que aborda o conceito de memória. Encontramos nas ideias de Maurice Halbwachs (1877-1945) a importante contribuição a respeito da memória coletiva. Mas nesse trabalho, sua perspectiva é abordada no item 4, sob a voz de Paul Ricoeur.

Azul-corvo apresenta a problemática da Guerrilha, e contribui para sua rememoração. Mostramos ainda, o caminho da “proximidade” no livro de Adriana Lisboa, outro conceito presente em Paul Ricoeur.

Começemos, então.

Paul, Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento*, fala das relações entre a memória individual e a memória coletiva, principalmente no que diz respeito aos traumas. Uma primeira relação se dá através da extensão da análise de Freudem “Rememoração, repetição, perlaboração”⁵⁰ ao plano coletivo.

O ensaio freudiano trata do intenso trabalho de rememoração como o esforço para lembrar e não mais repetir o trauma em novos traumas. Um trabalho esse que exige o reconhecimento da enfermidade por parte do analisando, seja ele um indivíduo, ou uma nação.

A palavra importante, aqui, é trabalho – ou, antes, “trabalhar” – que enfatiza não somente o caráter dinâmico do processo inteiro, mas a colaboração do analisando nesse trabalho. É em relação com essa noção de trabalho, enunciada em sua forma verbal, que se torna possível falar da própria lembrança, assim liberada, como de um trabalho, o “trabalho de rememoração” (*Erimnerungarbeit*), (RICOEUR, 2007: 84-85).

Nesse ensejo, “perlaboração” refere-se a um remanejamento terapêutico, que trabalha no luto para superar a melancolia – a neurose promotora das repetições do trauma. Nesse ponto, Paul Ricoeur baseia-se em outro ensaio de Freud, intitulado “Luto e Melancolia”. Nele, Freud apresenta o luto como um processo libertador, pois uma vez concluído, o ego ficaria outra vez livre e desinibido.

O luto é, assim, um trabalho de lembrança. Como tal, custoso, no sentido de exigir esforço. Nele, vence-se as compulsões melancólicas, como as queixas em forma de acusações e auto-recriminação. Então, “*a lembrança não se refere apenas ao tempo: ela também requer tempo*” (RICOEUR, 2007: 87).

Entretanto, quando o luto não tem um desfecho positivo, permanece e desenvolve-se o estado de melancolia. Historicamente, estudos médicos identificaram ansiedade (medo) e depressão como sintomas melancólicos, podendo tornar-se loucura, ou insanidade. Ecoando a compreensão grega dos quatro humores, a melancolia foi associada a furor e tristeza (próprios do estado de luto!). Durante a idade média, melancolia foi tomada por acídia⁵¹, que precisava

⁵⁰ Ensaio de 1914.

⁵¹ O verbete, no Dicionário Eletrônico Houaiss: 1. enfraquecimento da vontade; inércia, tibieza, preguiça. 2. Melancolia profunda. 3. (Rubrica: medicina) desordem mental caracterizada por apatia, melancolia e descuido. 4. (Rubrica: teologia) abulia espiritual quanto ao exercício das virtudes, especialmente no que respeita a culto e à comunicação com Deus.

ser combatida pela oração e pelo trabalho. E as teorias psicanalíticas do século XX, convencionaram a permanência dos sintomas melancólicos, como um estado doentio de luto.

Paul Ricoeur elege alguns antídotos para a melancolia: “*Entre esses remédios, encontro a alegria, o humor, a esperança, a confiança e também... o trabalho*” (RICOEUR, 2007: 90). A partir daí, o autor direciona para a arte poética, como um trabalho que traz à consciência a melancolia, remanejando-a para a memória de um luto resolvido – a memória “feliz”. Assim, evoca Baudelaire, em *Flores do mal*, especialmente nos poemas *O leitor*, *Sleen* e *O Cisne*. Neles “*o olhar perdido da Melancolia reflete-se no espelho da consciência reflexiva, cuja poesia modula os reflexos*” (RICOEUR, 2007: 90). Veremos, a seguir, a relação entre melancolia e memória coletiva, na perspectiva de Paul Ricoeur.

A memória coletiva está, muitas vezes, marcada por luto coletivo e ainda melancolia coletiva. Podemos falar, então, em “traumatismos coletivos”, “feridas da memória coletiva” e “memória coletiva enferma”.

E não poderia ser diferente, dada a relação fundamental da história da humanidade com a experiência traumática da violência. As comunidades históricas foram fundadas a partir de acontecimentos violentos – as guerras. As “vitórias” e “conquistas” constituem a história de derrota e invasão do *outro*.

A glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. **Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem cura.** Mais precisamente, o que, na experiência histórica, surge como o paradoxo, a saber, *excesso* de memória aqui, *insuficiência* de memória ali, se deixa interpretar dentro das categorias da resistência, da compulsão de repetição e, finalmente, encontra-se submetido à prova do difícil trabalho de rememoração. (RICOEUR, 2007: 92, **grifos em negrito nossos**).

Tanto o excesso quanto a insuficiência de memória são manipulações dos sistemas de poder, e interagem com a ideologia e interesses destes – a memória manipulada. O excesso tem muito a ver com a compulsão de repetição, uma vez que essa lembrança resiste à crítica – e então já se torna *abuso* da memória. A história é contada repetidamente numa perspectiva de justificar, ou ainda obliterar, sua violência fundadora. São exemplos, os atos cívicos das celebrações de aniversário da pátria. Por outro lado, há lembranças que são negadas – o *abuso* do esquecimento. Para Santo Agostinho, essas lembranças aguardam ser resgatadas, como uma dracma perdida.

Com efeito, o que vem a ser um objeto perdido – a dracma da mulher da parábola evangélica –, senão uma coisa que, de certo modo, se tinha guardado em memória? Aqui, encontrar é reencontrar, e reencontrar é reconhecer, e reconhecer é aprovar, logo, julgar que a coisa reencontrada é exatamente a mesma que a coisa buscada e, portanto, posteriormente considerada esquecida. De fato, se outra coisa que não o

objeto buscado nos volta à memória, somos capazes de dizer: “Não é isso”. “É verdade que este objeto estava perdido para os olhos; a memória o retinha” (X, XVIII, 27)⁵². (RICOEUR, 2007: 110).

Atentaremos, a seguir, para um dos efeitos da manipulação da memória, por parte dos sistemas de poder, especialmente no que tange à insuficiência de memória – a fragilidade da identidade.

É preciso um empreendimento crítico, para superar o abuso do esquecimento. Isso porque o trabalho de rememoração não deve ser confundido com deleite lúgubre da nação⁵³. Além disso, tal insuficiência tem implicações na constituição da identidade pessoal e coletiva: a fragilidade da identidade.

O que faz a fragilidade da identidade? É o caráter puramente presumido, alegado, pretenso da identidade. Esse *claim*, como diriam os ingleses, esse *Anspruch*, como diriam os alemães, aloja-se nas respostas à pergunta “quem?”, “quem sou eu?”, respostas em “que?”, da forma: da forma, eis o que somos, nós. Somos *tais*, assim e não de outro modo. A fragilidade da identidade consiste na fragilidade dessas respostas em *que*, que pretendem dar a receita da identidade proclamada e reclamada. O problema é assim afastado em mais um grau, da fragilidade da memória à da identidade. (RICOEUR, 2007: 94).

Três causas da fragilidade da identidade são mencionadas por Paul Ricoeur. São a difícil relação da memória com o tempo, o confronto com outrem⁵⁴ como ameaça, e a memória rejeitada por trazer à tona a violência fundadora. Aproveitando-se disso, a ideologia apresenta-se como a guardiã da identidade e legitima o poder instituído, como no caso de um Estado, distorcendo a realidade e determinando a ação de seus cidadãos. Uma coerção silenciosa que postula não apenas o poder, mas sua noção como autoridade instituída e inquestionável. De acordo com Max Weber, a pretensão de autoridade daqueles que governam une-se a crença espontânea nessa autoridade, por parte dos governados. *A união se dá por um nó, que é justamente a ideologia* (RICOEUR, 2007: 96). É preciso um trabalho detratador da ideologia, baseado na realidade mais “purificada”, ou livre da repressão ideológica, a fim de que, pelo preenchimento das lacunas da memória, constitua-se uma identidade mais forte. Mas justamente por representar uma ameaça ao poder instituído, o desmascaramento da ideologia é refutado pelos que governam. Embora isso, “*essa empreitada purificadora não é vã, pode ter sua necessidade circunstancial se for desenvolvida na perspectiva da reconstrução do espaço*

⁵² Do livro X, das *Confissões*, de Santo Agostinho.

⁵³ Que seria a melancolia coletiva, como resultado do luto não resolvido. Um estado de queixas, acusações, e tristeza repetida.

⁵⁴ Outrem, como o outro desconhecido, ou que não está presente (conforme definição do verbete no Dicionário Eletrônico Houaiss). Diferencia-se do outro, que é aquele a quem tenho próximo, numa relação direta.

público de discussão e não na de uma luta impiedosa que teria por único horizonte a guerra civil” (RICOEUR, 2007: 97).

Outro aspecto importante trazido à discussão por Paul Ricoeur é a afirmação do dever de memória. Estabelece-se a relação entre a memória coletiva e a justiça. Dentre os questionamentos trazidos por esta relação, está a noção de dívida vinculada à herança. É preciso inventariar a herança, a fim de saldar dívidas dos que foram prejudicados no “rateio”, ao longo do percurso histórico. Assim, o dever de memória se inscreve numa problemática moral, que articula “*discurso da memória e do esquecimento e o da culpabilidade e do perdão*” (RICOEUR, 2007: 104).

Mais adiante, Paul Ricoeur aborda a imbricação da memória individual e coletiva, através da analogia estabelecida entre elas. A partir do pensamento de Hursel, a consciência coletiva funcionaria como um *ego*. O “nosso” seria, na verdade, um “eu” coletivo. Assim, traços das experiências vividas por grupos se tornariam presentes na memória social, e seriam, ainda, interiorizadas nas memórias individuais.

Soma-se ainda a discussão de Maurice Halbwachs, em *Memória Coletiva*, em que a experiência individual de pertencimento a determinado grupo e o ensino a respeito disso, recebido dos outros, determinam a memória individual. Da mesma forma, a língua materna e o próprio nome, que também vem dos outros. As informações sobre o “nosso” passado também é parte recebida a partir da memória dos outros. Se, por um lado, trazemos uma memória exterior, que não é própria, mas imposta por outros, por outro lado, nos dá a consciência de que não lembramos sozinhos. Ainda assim, afirma-se que são indivíduos que se lembram, ou seja, é no indivíduo que a memória coletiva existe. Por isso mesmo, deve ser considerada um ponto de vista, que muda de acordo com o lugar de onde se fala, e das relações que mantém dentro do grupo e com o grupo.

Há, portanto, um princípio de complementaridade entre a memória individual e coletiva. O que me é próprio, “meu” está gravado em minha memória, é também de propriedade do “nosso”. E é nos encontros entre subjetividades que acontece o reconhecimento ou estranhamento. Por isso, na busca ativa da lembrança, pelo jogo do reconhecimento ou não, se constituem as identidades, quando o “que” é lembrado reflete no “quem” lembra.

Entre o plano da memória individual e da memória coletiva estão as relações com os próximos.

Os **próximos**, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros. [...] Assim, a proximidade seria réplica da **amizade**, dessa *philia*, celebrada pelos Antigos, a meio caminho entre o indivíduo solitário e o cidadão definido pela sua contribuição à *politéia*, à vida e à ação da *polis*. [...] Os próximos são os outros próximos, outrens privilegiados (RICOEUR, 2007: 141, **negritos nossos**).

Pertencem à proximidade aqueles que atravessam a existência humana, limitada entre os acontecimentos do nascimento e da morte. Estão incluídos aqueles que lhe nomearam, e depois os que, ao longo da vida, aprovaram sua existência. Pelos próximos sou reconhecido e me dou a conhecer reconheço-me. Nas palavras de Santo Agostinho, *indicabo me*⁵⁵ (RICOEUR, 2007: 142).

As reflexões suscitadas a partir da leitura de Paul Ricoeur ecoam no romance de Adriana Lisboa, *Azul-Corvo*. O livro narra a história da adolescente Vanja (Evangelina), em busca de seu pai biológico, após a morte de sua mãe, Suzana. Quem a ajuda nesse empreendimento é Fernando, ex-marido de sua mãe, e seu pai apenas no documento de identidade. Fernando vive nos Estados Unidos, e recebe Vanja em sua casa. Aos poucos, as *lembranças* que Fernando tem de Suzana vão se vinculando a uma *memória* anterior, a qual estava obscurecida pela *sombra do esquecimento*.

O fato é que Fernando fora guerrilheiro na Guerrilha do Araguaia. Narrativas dessa memória interpelam a narrativa da busca pelo pai de Evangelina. Paulatinamente, vêm à tona episódios da história da ditadura no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970. Essa história, como tantas outras do mesmo período, parece ter sido silenciada no imaginário da nação brasileira. O que sabemos dessa história? Ou, que história da Guerrilha nos foi contada? Existem muitas explicações a serem dadas, como o destino dos corpos de guerrilheiros mortos no combate com as Forças Armadas do Brasil.

A Guerrilha do Araguaia teve início com o ajuntamento de homens e mulheres, em sua maioria, jovens com menos de 30 anos de idade, em mata amazônica na região do Araguaia, na tríplice fronteira de norte de Goiás (atual Tocantins), Leste do Pará e Oeste do Maranhão. Veja o mapa:

⁵⁵ “Eu me revelarei”.

Figura 1 – Bacia do Tocantins – Araguaia



Fonte: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/entenda-o-que-foi-a-guerrilha-do-araguaia-20100520.html>

De acordo com os jornalistas Taís Morais e Eumano Silva (2005), a guerrilha foi o caminho percorrido pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil), na busca por uma verdadeira revolução no Brasil. A ideia era tomar o governo das mãos dos militares (que impuseram, por meio de golpe, seu governo no país, em 1968). A resolução tomada pelo partido, em 1969, intitulada “Guerra Popular – Caminho da luta armada no Brasil” previa uma revolução a partir do povo do campo.

Os jornalistas afirmam que, desde 1960, o partido já avaliava a região denominada Bico do Papagaio como propícia para a instalação da guerrilha. Espelhava-se nas iniciativas tomadas em países como Vietnã, Malásia e Angola.

A mata fechada do Araguaia protegeria os militantes e tornaria inútil a artilharia pesada das Forças Armadas. A caça abundante e outros alimentos extraídos da selva, como babaçu e castanha, facilitariam a sobrevivência dos guerrilheiros. O rio Araguaia, largo e generoso, significaria fartura de peixes e facilitaria o deslocamento em pequenas embarcações. E serviria de obstáculo natural para a movimentação das tropas regulares [...] Trilhas e picadas formariam um imenso labirinto de caminhos tortuosos, subidas e descidas, grotas e igarapés. Experientes nas caminhadas e nas

viagens em lombos de burro por toda a região, os guerrilheiros disporiam de larga vantagem. (MORAIS E SILVA, 2005: 37).

Aos poucos, militantes foram compondo o grupo de cerca de 80 guerrilheiros na região do Araguaia. Divididos em três destacamentos, A, B e C, os militantes infiltravam-se nas aldeias da região, esquecidas pelas autoridades brasileiras, onde prestavam ajuda em forma de serviços médicos, aulas de alfabetização, providência de remédios, entre outros. Lá ficaram conhecidos como “paulistas”. Eram, em sua maioria, estudantes, ou recém-formados em universidades federais brasileiras. Havia alguns militantes políticos, por adesão ao ideal comunista, sem vínculo universitário. Ainda um grupo de 15 militantes foi enviado à China para treinamento de guerra na selva. Os guerrilheiros e as guerrilheiras (que tiveram uma participação expressiva na liderança da guerrilha) acreditavam na luta armada popular, baseada em guerrilha sediada em selva, a exemplo da Revolução Cubana, disseminada pela figura de Che Gevara, e da Revolução Chinesa, de Mao Tsé-Tung.

O personagem Fernando, de *Azul-corvo*, representa um dos militantes treinados em Pequim. Fora designado pelo partido para realizar um curso de guerrilha na China. “*Sua viagem até a China de Mao Tsé-tung tinha começado dez meses antes, e com um propósito bem definido. Ele aprenderia técnicas de guerrilha junto com os outros catorze brasileiros militantes do PCdoB*” (LISBOA, 2010: 43).

É interessante observar que na narrativa de Lisboa, uma relação entre memória e esquecimento está estabelecida entre experiência de Fernando na Guerrilha do Araguaia, que já havia sido relegada ao seu passado, e a memória coletiva brasileira. Evangelina desconhece essa história. Em certo momento, já nos Estados Unidos, afirma que “Era como se Fernando e eu viéssemos de países diferentes”.

Vanja cresceu em Copacabana, no Rio de Janeiro. De sua infância, tem lembranças das brincadeiras na areia da praia. Em seu mundo, ou melhor, em seu Brasil, uma guerrilha e a morte de brasileiros, executada pelos governantes da própria nação que defendiam, simplesmente não existiam. É como se a história da Guerrilha do Araguaia tivesse acontecido numa dimensão paralela à da realidade das pessoas comuns. No seguinte trecho, escutamos a reflexão da personagem Evangelina, sobre seu desconhecimento desse episódio da história da ditadura militar no Brasil.

Em quarenta anos, garotas com o nome de Evangelina aparecem no mundo. Crescem diante do mar de Copacabana. Não desconfiam de nada. Nunca viram eclipses. Nunca testemunharam maremotos nem terremotos nem furacões. Também não sonham com Amazônias úmidas onde um dia guerrilheiros comunistas se embrenharam, se molharam, se sujaram, se apaixonaram, deram tiros, levaram tiros, foram presos, levados para as sessões de tortura e depois de mortos enterrados por aí, (LISBOA, 2010: 51).

O desconhecimento da história da guerrilha, certamente não é um caso apenas da menina Evangelina. Dentro do grupo das “outras garotas”, que nasceram nos 40 anos que separam os acontecimentos da guerrilha, e o seu reconhecimento por parte da personagem, estão milhares de brasileiros. E talvez nós também não conheçamos essa história com profundidade.

Muitas mortes aconteceram durante as operações militares. Várias são narradas em *Azul-corvo*. Com perspicácia, é posta diante de nós a violência do passado da nação brasileira, durante o período da ditadura militar. Como vimos anteriormente, a presença da violência na gênese de muitos estados-nação é, muitas vezes, relegada ao “esquecimento” de que falava Paul Ricoeur. Quem gostaria de saber que a “mãe gentil”, louvada por Joaquim Osório Duque Estrada esteve muito próxima do tipo narrativo de madrasta má? E que o espírito do “sol de liberdade” foi ofuscado pelo regime militar no Brasil?

Nesse sentido, *Azul-corvo*, assim como *Operação Araguaia*, faz referência às várias operações das Forças Armadas Brasileiras, contra a Guerrilha do Araguaia. A primeira chamou-se Operação Peixe, e teve origem a partir de informações tiradas de Pedro Albuquerque, preso em 1972, por meio de tortura. Em *Azul-corvo*, lemos:

Pedro e sua mulher, conhecida pelo codinome de Ana, deixaram o Araguaia porque ela engravidou. A orientação do partido era o aborto. Ela não aceitou, e ele resolveu acompanhá-la. Saíram fugidos, de ônibus, receberam ajuda de amigos. Depois de viver alguns meses na clandestinidade em Fortaleza, ele teria a ideia de ir até o Dops para tirar segunda via de sua carteira de identidade. As informações arrancadas de Pedro transitariam pelos órgãos de repressão, até que uma rede de pesca seria montada com agentes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, (LISBOA, 2010: 81-82).

Assim, coincide a narrativa com a história contada, em *Operação Araguaia*, a partir do depoimento do próprio ex-guerrilheiro.

No dia em que os dois ficam sozinhos no acampamento, Ana avisa que aproveitará para fugir. Quer dar a luz longe da floresta. Pergunta se Pedro a acompanhará ou se ficará com os guerrilheiros. Pedro opta pela mulher grávida. [...] Pedro chega em Fortaleza em junho de 1971. Fica clandestino até fevereiro de 1972. Sem documentos, tem a ideia de se dirigir ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), para retirar a carteira de identidade. Pretende voltar aos estudos na Universidade Federal do Ceará, (MORAIS E SILVA, 2005: 44).

Em *Azul-corvo*, vemos ainda, uma referência à escolha do nome “peixe” para a operação militar. Embora adotado pela referência à “pesca”, ou seja, à captura dos guerrilheiros, deixa implícita a estratégia e poder de resistência da organização da Guerrilha. Há de se dizer que é impressionante o fato de cerca de 80 guerrilheiros terem resistido, embrenhados na selva amazônica, a diversas operações militares. Evangelina reflete:

Andei lendo sobre os peixes e descobri que eles não dormem. Nunca tinha pensado nisso antes, no sono dos peixes. Eles não dormem. *Eles apenas alternam estágios de vigília e repouso. O período de repouso consiste num aparente estado de imobilidade, em que os peixes mantêm o equilíbrio por meio de movimentos bem lentos. Como não têm pálpebras, seus olhos ficam sempre abertos. Algumas espécies se deitam no fundo do mar ou no rio, enquanto os menores se escondem em buracos para não serem comidos enquanto descansam,* (LISBOA, 2010: 82, *itálicos nossos*).

A narrativa refaz a trajetória das operações seguintes, Peixe II, III e IV, que objetivavam a descoberta e o mapeamento da guerrilha no interior da selva. A Peixe IV incluiu as Ações Cívico-Sociais na comunidade de Xambioá. Como os moradores prezavam os “paulistas”, pela ajuda que estes trouxeram à comunidade, os ajudavam e protegiam. Os militares precisaram, então, conquistar o apreço da população bastante carente. Assim desenvolveram as ações.

Planejavam campanhas de vacinação contra sífilis e febre amarela, distribuía-se comida de helicóptero. O Ministério da Educação resolvia mandar dinheiro para as escolas locais. Os moradores conseguiram, graças às Aciso, fazer coisas extravagantes, como tirar carteira de identidade, (LISBOA, 2010: 159).

Taís Moraes e Eumano Silva descrevem as Ações Cívico-sociais, que contaram com o envio de médicos e dentistas, envio de remédios, troca de telhas em sala de aula, pintura de uma igreja, além de atividades “cívicas”, como gincanas, paradas e desfiles patrióticos. Atividades acompanhadas de orientações contra os “terroristas”, como se referiam aos guerrilheiros, incluindo panfletos explicativos. Essas ações faziam parte de uma estratégia de guerra, e não de interesse em sanar problemas da população que vivia afastada dos grandes centros. “A assistência começou em 21 de setembro e terminou no dia 28. As Forças Armadas tentaram fazer em oito dias de Aciso o que os governos nunca fizeram pela população do Araguaia” (MORAIS E SILVA, 2005: 332).

Outra operação representada no livro de Adriana Lisboa é a Operação Papagaio. Deixou oito guerrilheiros mortos, e revelou aos militares as dificuldades que a selva oferecia.

Mesmo contra a vontade do general Bandeira, a operação terminou no início de outubro, dentro do prazo estabelecido. Se não tinha sido mais bem-sucedida, para ele, é porque havia soldados de menos e floresta demais. Eram nove mil quilômetros quadrados de mata na área de combate – que em três pontos chegou a ser bombardeada com napalm, (LISBOA, 2010: 162).

Moraes e Silva descrevem o relatório do tenente-coronel Flarys Guedes Henriques de Araújo, emitido na época. “As missões empreendidas pelo COM, aqui mencionadas no item 1,

foram executadas no decorrer das operações; há a acrescentar àquele repertório o bombardeio de três áreas com bombas “napalm” e de emprego geral” (MORAIS E SILVA, 2005: 351). Napalm é uma bomba incendiária, usada na Guerra do Vietnã, composta por gasolina gelatinizada e espessada por sais do ácido naftênico e palmítico. Em pessoas, a bomba que abre clareiras, causa queimaduras de 3º grau.

Há ainda, em *Azul-corvo*, referências à Operação Marajoara e à Operação Limpeza. É a parte final da guerra na selva. Depois sucederá outra guerra, a dos familiares dos guerrilheiros mortos, por notícias dos desaparecidos, algumas mantidas até hoje. Trata da ordem de extermínio, da destruição total do inimigo, por parte dos militares. Foi no franco espírito de repressão que o objetivo das Forças Armadas foi cumprido:

Naqueles primeiros dias, a Operação Marajoara prendeu muitos moradores, enlouqueceu alguns de tanto bater neles, queimou casas e roças. Quem se negava a colaborar apanhava. Às vezes era colocado de cabeça para baixo dentro de tambores cheios d’água. Enfiado dentro de um daqueles *buracos do Vietnã*, com arame farpado por cima. Pendurado pelos testículos [...] (LISBOA, 2010: 204).

E seguem os relatos, tal como narrados pelos sobreviventes posteriormente. Uma guerrilheira metralhada após negar-se a dizer seu nome, outro decapitado. As mortes aumentaram e os guerrilheiros andaram vagando pelo mato, sem calçados, famintos e doentes. Um a um foi capturado e assassinado. Também faz referência à Walk, a última guerrilheira morta, encerrando a Operação. “A última guerrilheira foi executada em outubro. Walkíria Afonso Costa, a Walk, estava presa em Xambioá” (LISBOA, 2010: 207).

A menção a uma fala do Presidente Ernesto Geisel é inserida na narrativaliterária. Ele teria afirmado que “aquela coisa toda de matar era ruim. Mas não tinha como ser diferente”. O fato também é apresentado por Moraes e Silva. Os jornalistas relatam um diálogo entre o recém assunto presidente Ernesto Geisel, e o general Dale Coutinho. O general elogiara as mortes efetuadas pelas Forças Armadas. O presidente teria respondido “Ô, Coutinho, esse troço de matar é uma barbariedade, mas eu acho que tem que ser”, (MORAIS E SILVA, 2005: 492). A consequência da complacência por parte da autoridade máxima do Brasil, na época, inclui mais mortes, e também o silenciamento estratégico dessa história. Isso também é narrado em *Azul-corvo*:

E com isso seguiam-se as mortes. E foram se seguindo. Era preciso matar e depois matar as mortes, digamos. Era preciso matar a história. Matar a memória e alguma consciência com gordurinhas inconvenientes. Todos foram morrendo, um a um. Alguns simplesmente desapareceram, mas desaparecimento era um dos codinomes da morte. Era outro jeito de pronúciá-la. (LISBOA, 2010: 206-207)

A Guerrilha do Araguaia termina com desaparecimentos e silêncio. A história esteve bem guardada no esquecimento, até começar a ser regata após a queda do regime militar no Brasil. Nesse sentido, *Azul-corvo* está nesse movimento contra o esquecimento.

Se, em *Azul-corvo* e *Operação Araguaia*, se interrelacionam várias informações sobre a Guerrilha do Araguaia. Em um ponto, a história contada pelos jornalistas e a narrativa literária não coincidem. Fernando é Chico na selva. Mas esse Chico não parece ter existido⁵⁶. Nem Joana, de codinome Manuela, com que Fernando mantivera um relacionamento amoroso. Não há correspondente para eles no *Operação Araguaia*. Durante a operação Sucuri literária, Fernando, ainda Chico, teria deserddado.

Viu Manuela ao longe, de costas, o cabelo amarrado, o cabelo que um dia tinha pertencido a uma estudante carioca versada em letras, esmaltes de unha e xampus especiais que hoje era versada em enxada, facão e armas [...] Ela continuou e ele continuou parado [...] Chico não chegou mais uma vez bem perto de Manuela. Mateiro habilidoso que era, encontrou seu caminho para fora dali, para longe dali, para longe de tudo, de si mesmo inclusive, (LISBOA, 2010: 182-183).

A deserção de Fernando chama a atenção. Representaria os auto-exilados políticos que optaram por deixar o Brasil no período do regime militar? Representa aqueles que não quiseram mais voltar? Que também não querem falar do assunto?

A título de conclusão: considerando a relação entre literatura, memória e história

Gostaríamos ainda de reafirmar a relação da história e da literatura com a memória coletiva, no sentido das convergências do trabalho contra o esquecimento.

Sandra Jathay Pesavento, no artigo “História & Literatura: uma *velha-nova* história”, aponta para a história, não como garantia da veracidade, mas o intento de revistar e rever o passado. Assim, “a representação do passado, feita pelo historiador seria marcada por esta preocupação ou meta: a da *vontade de chegar lá* e não da certeza de oferecer a resposta certa e única para o enigma do passado” (PESAVENTO, 2006:§ 26).

Perseguindo essa meta, o historiador se utiliza de estratégias semelhantes das dos escritores de ficção, como, por exemplo, organização de tramas, preocupação com o enredo e escolha das palavras. No mesmo texto, a autora valoriza a literatura como uma leitura de uma determinada temporalidade. E, nesse ponto, a literatura é apresentada como levantadora de questões.

⁵⁶ Houve um Chico entre o guerrilheiros. De acordo com Tais Morais e Eumano Silva, trata-se de Adriano Fonseca Filho, Chicão, ou, Queixada. Mas não se trata do personagem Fernando. A própria narrativa de *Azul Corvo*, estabelece a diferença. “A moda começou a pegar e outro combatente, outro Chico (mas esse o Queixada), foi decapitado depois de morto pelos militares” (Lisboa, 2010, p. 205).

A verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada. Ou seja, houve uma troca substantiva, pois para o historiador que se volta para a literatura o que conta não é o seu valor de documento, testemunho de verdade ou autenticidade do fato, mas o seu valor de problema. O texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através de fatos criados pela ficção. (PESAVENTO, 2006, § 54).

É o que *Azul-corvo* apresenta com o caso Araguaia. Os personagens sem paralelo no mundo real, Manuela e Chico, que é Fernando, indicam a ficcionalidade, a problemática levantada, mas não a historicidade. Não se trata apenas de registrar a guerrilha na história da ditadura no Brasil, é mais do que isso. É preciso o resgate da questão, trazendo novamente à mesa para discussão para que não caia no esquecimento.

Nesse sentido, afirma-se a relevância do texto literário, no campo do conhecimento, não apenas como representação de um acontecimento histórico. A literatura atua como promotora de uma discussão, de uma reflexão de um tema, evitando que este caia no esquecimento, ou no *abuso do esquecimento*, como foi apresentado no pensamento de Paul Ricoeur.

Assim, encontramos a personagem Evangelina, em luto pela morte da mãe, em busca de sua identidade, representada na procura do pai. A adolescente busca lembranças para entender sua história e constituir sua identidade. É, também metáfora para o Brasil, ainda em luto pelas suas mortes, buscando lembranças, como a do Araguaia, para entender sua história, e constituir uma identidade que possa chamar de sua. As mortes, no caso Araguaia, remetem as muitas outras que ocorreram, por repressão durante o período da ditadura militar. Mas remetem também às vidas que foram marcadas por outras formas de repressão, sendo tolhidas do direito à liberdade. Uma história de violência e autoritarismo, que precisa ser lembrada, para que o luto seja superado e a democracia se estabeleça plenamente no país.

Olhar para o passado não é necessariamente um campo de luta, mas pode ser um lugar de encontros. Do ponto de vista temático, a narrativa de Adriana Lisboa aponta para a caminho do próximo. O próximo eleito, com que se importar e que se importe, como vimos em Paul Ricoeur. Nesse sentido, encerramos com a fala do personagem Carlos, um menino de 9 anos de idade, um exemplo de proximidade, em *Azul-corvo*. O menino se tornara amigo de Vanja e Fernando. A bordo de um Saab 1985 vermelho, ele expressa amor e dependência, em toda a simplicidade infantil. Dirige-se a Fernando: “I like you asimismo. I not care you are velho. Eres mi amigo. My friend. Howsay friend in português?” (LISBOA, 2010: 115).

Referências

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em: < <http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em 15/05/2013.

LISBOA, Adriana (2010). **Azul-corvo**. Rio de Janeiro: Rocco.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & literatura: uma velha-nova história**. In.: *NuevosMundos*: Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevosmundos.rueves.org/index>>. Acesso em 15/05/2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

Abstract

The present article aims to discuss the relation between history and literature according the concept of memory. At a first stance are approached, according to Paul Ricoeur's discussion the concepts of individual memory and collective memory, and memory's manipulation by the ideology of power and its relation with identity. Following, it is sought to establish convergences between what is said about Araguaia's Guerrilla in *Azul-Corvo* (2010), a romance by Adriana Lisboa, and the history recently told by the survivors of the guerrilla, gathered in the book *Operação Araguaia* (2005), by TaísMorais and Eumano Silva. In this relation, literature composes the set of works against the forgetting of this history of violent repression during dictatorship's period in Brazil.

Keywords: Literature&History; Memory; Araguaia'sGuerrilla; Adriana Lisboa.